

outros contextos, a qual pode nos oferecer novos elementos para compreender os motivos que orientam os sentimentos contemporâneos da infância.

Do mesmo modo ficam inexploradas outras relações presentes na sociedade capitalista. As autoras, cientes da diversidade de experiências e significados que a infância possui para pessoas de classe e sexo diferentes, propiciam indicações de leitura sobre, por exemplo, diferentes utilizações dos espaços para homens e mulheres e diferentes utilizações do tempo por mulheres operárias e de classe média; entretanto, não nos propiciam um aprofundamento das diferentes relações existentes entre pais e mães com seus filhos e filhas. Também a análise das brincadeiras, algumas francamente femininas ou masculinas, não incorporam a dimensão do brincar na construção das identidades sociais e culturais de cada um dos sexos, o que, numa sociedade capitalista industrial nascente, pode oferecer mais elementos para se refletir sobre o passado, pensar o presente e projetar o futuro.

Estes acidentes de percurso oferecem frutíferos pontos de retomada para novos estudos que, somados aos objetivos que as autoras se propuseram e cumpriram, conferem a *Memória e Brincadeiras* a posição de uma pesquisa tão indispensável quanto são todos os estudos que, nas palavras de Benjamin, se dedicam "a escovar a história no contrapelo", para que não percamos a parte da história construída diariamente, na luta cotidiana, "sem distinguirmos entre grandes e pequenos".

Edith S.P. Piza

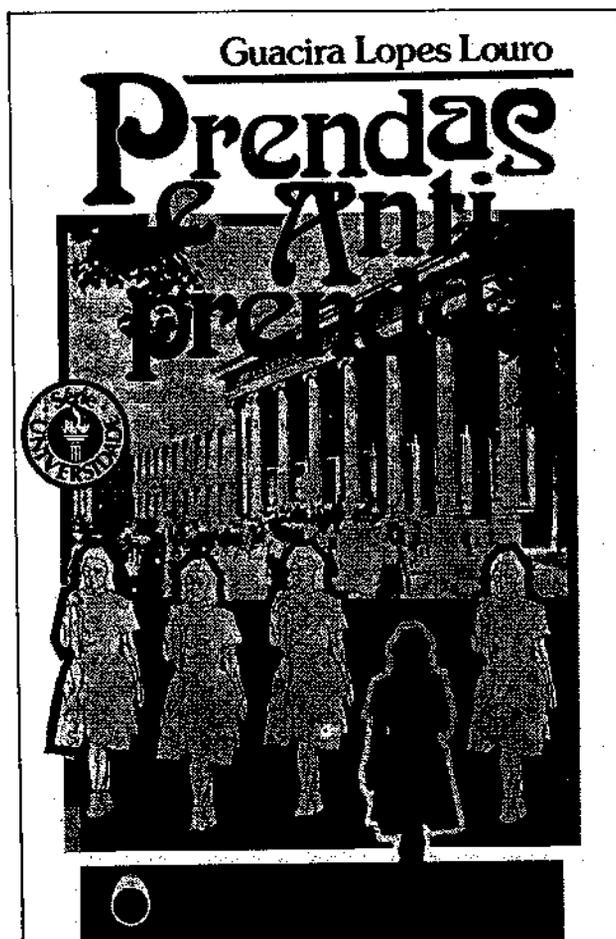
**PRENDAS E ANTIPRENDAS: uma escola de mulheres**

GUACIRA LOPES LOURO

Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 1987

Fazer resenha de um livro cujo sucesso está estampado nas vitrines de todas as livrarias já conta de saída com a simpatia do leitor. Pouca coisa é preciso que se diga. É muito mais o livro resenhado que faz a apresentação do

autor da resenha. Há uma certa vaidade em dizer: eu li, gostei (ou não) e aqui até me pedem e me dão espaço para falar dele. É fácil. No entanto coisa diferente acontece com outros, sem que isso tenha qualquer relação com a qualidade da obra em apreço. Tal é o caso do livro de Guacira Louro.



E tal caso nos leva a algumas considerações. Mesmo que em uma resenha se deva apenas falar do livro, vale a pena pensar em torno dele. Apresentemo-lo sucintamente,

tomando por base a ficha catalográfica: Educação feminina, Rio Grande do Sul, Editora da Universidade e, acrescento eu, história da Educação. Realmente não são ingredientes que compõem um sucesso editorial. A quem tem interesse a questão feminina no meio acadêmico? A algumas — poucas — mulheres. Alguns livros que compõem o universo da produção (que não é tão pequeno) dessas poucas, são difíceis ou estão difíceis de ser encontrados, até mesmo nas "melhores casas do ramo". Perguntem, por exemplo, pelos livros de Miriam Moreira Leite ou por qualquer número de *Perspectivas Antropológicas da Mulher*. Perguntem! Se a questão é refletida pela educação então fica tudo ainda mais enrustido... Quem tem puxado essa linha de pesquisa com mais vigor é sem dúvida a Fundação Carlos Chagas (vejam os *Cadernos de Pesquisa* e o livro de Fúlvia Rosemberg e Regina Pahim Pinto, *A Educação da Mulher*, 1985), mas a penetração dessa produção nos cursos de graduação ou mesmo de pós é penosa.

Assim, pensar que a educação educa homens e educa mulheres, que somos trabalhadores e trabalhadoras do ensino, que somos pedagogos e pedagogas, que existe uma construção social, cultural, histórica do gênero, ou mesmo que na gramática é a maioria que determina o gênero da concordância, é coisa estrangeira (ou de estrangeiros). Há quem faça tese ou dissertação, ainda hoje, sobre instituições de ensino (masculina ou feminina ou mistas) e gaste tempo para ao final decidir que não é relevante politicamente tratar da construção dos gêneros. Em 1986, data da tese de doutoramento que deu origem ao livro, Guacira leu a história do Instituto de Educação do Rio Grande do Sul, como uma história marcada pelo feminino, constituidor e constituído por ele. E podia ser de outra forma? Podia. Por toda a produção que circula na área sabe-se que poderia continuar sendo de outra forma. Guacira rompeu com esse pacto assexuado e castrador de homens e mulheres.

Mas, ao falar em Rio Grande do Sul, lembro de outra questão. A instituição de que trata Guacira é de algum lugar, é situada, e o que passa nas cabeças das pessoas é: que tenho eu, que estou tão longe, com essa educação? Está posto o preconceito regional. E o livro fica na prateleira... se é que ele está lá, pois, para dificultar ainda mais a trajetória desse ótimo livro, sua editora é de Universidade, promessa de que a circulação será difícil e dificultada. Há

um mistério no circuito de distribuição de livros e revistas na qual as edições universitárias custam muito a penetrar, se é que em algum dia penetram. Por tudo isso, e ainda pela minha própria limitação de então no trato com a História da Educação, *Prendas e Antiprendas*, editado em 1987, só há pouco chega às minhas mãos. Vamos a ele.

O livro começa com um texto de Luís Fernando Veríssimo. O conterrâneo se pergunta: "Machistas, nós?" "O machismo do gaúcho tradicional é tão excludente que ele é sua própria fêmea. (...) A mulher não se mete neste mundo de admiração masculina. A prenda é a idealização da fêmea que não se mete". Mas existem as de outro tipo: "Mulheres que não se contentaram em ficar rodando a saia. Antiprendas". Em torno dessa idéia, a autora lê a história da instituição escolar por onde circularam algumas dessas prendas e antiprendas: o Instituto de Educação de Porto Alegre. Vi seu prédio quando, há pouco tempo, estive lá. Ainda é o mesmo por onde passaram as mulheres que ofereceram suas lembranças ao estudo feito por Guacira, ainda é o mesmo onde ela estudou; a capa do livro mostra-o um pouquinho, mas ... por que não fotos dentro do livro? O leitor fica querendo a ambiência ... (mas e os custos? Se a Universidade já anda pobre até para comprar coisas como sabão, que dirá sua editora?) A história tem dessas coisas, quando começamos a entrar nela, não é que seja difícil sair, mas fica-se querendo estar sempre mais próximo do que teria sido. As fotos devem ser largamente trazidas ao leitor, já que o autor, sabe-se, trabalha também com elas.

Guacira trabalha com fontes documentais — que são a matéria-prima para o trabalho historiográfico — mas não se limita a elas. Recorre a depoimentos e a outros tipos de fonte articulando-os a um referencial teórico mais amplo, seja da filosofia, seja da pedagogia, não se esquecendo, em momento nenhum, que seu estudo se situa em uma dada sociedade. Tudo isso que busca fazer — e diríamos que consegue — não é fácil, embora deva ser sempre perseguido em um trabalho de história da educação. Os depoimentos são bem inseridos no corpo do trabalho e lembram-nos que esse tipo de fonte deve ser amplamente explorado pela história da educação: é quase tudo que resta da memória da educação. Além disso, os depoimentos abrem ao leitor e à leitora um interessante mundo de vivências que inevitavelmente se somam às dele e às dela. E aqui faço questão de não usar genericamente o masculino para dar espaço à idéia de que também a recepção da

leitura é marcada pelos gêneros: homens e mulheres lêem diferentemente. Homens e mulheres, que vivem a educação de maneira diferente, lerão sobre a educação de mulheres de maneira diferente.

Uma das boas qualidades do livro é a busca de articulação entre a norma e a transgressão, entre o que, de fato, foi dominante e o que lutava para se impor ou se pôr. Isso aparece não apenas em relação ao papel desejado para as mulheres pela escola mas também em relação à própria sociedade e à escola. Guacira trata a educação da mulher, assim como trata a escola, como espaços ricos de contradições por onde vão se construindo pessoas e projetos.

Talvez por ser um trabalho pioneiro, faltam-lhe algumas referências e maneiras de tratar questões, como a questão disciplinar e as mediações na construção do gênero (categoria que, aliás, não é usada). Nada disso, entretanto, dificulta ou prejudica a leitura do livro. Talvez mais que outros que se tornam clássicos e são, assim como seus temas, intocáveis, um trabalho de história é historicamente situado. Todos nós que militamos nessa área há algum tempo sabemos da dificuldade que tem sido trabalhar teoricamente a história da educação. *Prendas e Anti-prendas, uma escola de mulheres*, sem dúvida, marca essa área de estudos, propõe e estimula novos trabalhos (em quantas cidades do Brasil existem Institutos de Educação que ainda não escreveram sua história?). Eu fui a Porto Alegre e ganhei o livro. Encomendem-no a seus livreiros — e insistam. Vale a pena.

Eliane Marta Teixeira Lopes

**REBELDIA E SUBMISSÃO:  
estudos sobre condição feminina**

ALBERTINA O. COSTA E CRISTINA BRUSCHINI (orgs.)  
São Paulo, FCC/Vértice — Ed. Rev. dos Tribunais, 1989

A exemplo do que ocorreu no resto do mundo, a reemergência de um movimento feminista militante no Brasil criou as condições para o desenvolvimento dos estudos sobre mulher na área das ciências humanas nos últimos dez anos. Porém, ao contrário de outros países, eles só conse-

guiram alcançar entre nós uma institucionalização precária nas várias instâncias acadêmicas, pois cursos interdisciplinares permanentes ou sua inserção nos currículos, abrindo caminho para um conhecimento menos parcializado da realidade, ainda estão por conquistar.

Nesse contexto, instituições de pesquisa independentes e núcleos disseminados em várias áreas universitárias têm cumprido a função de catalisadores de fundamental importância para o surgimento e a continuidade das pesquisas sobre a condição feminina em nosso país. A Fundação Carlos Chagas foi, indubitavelmente, pioneira nesse terreno, com a instituição a partir de 1978 de seus Concursos de Dotações para a Pesquisa sobre a Mulher Brasileira (com o apoio da Fundação Ford), cujos resultados vêm sendo divulgados desde 1980, quando saiu a primeira coletânea de estudos (*Vivência*, em co-edição com a Brasileira), até o recém-publicado *Rebeldia e Submissão*. Para quem seguiu essa trajetória e participou ao mesmo tempo dos movimentos militantes, é difícil escapar à tentação de procurar um paralelo entre estes e as pesquisas. Em linhas gerais, pode-se dizer que estas têm caminhado da generalidade para a particularidade, quase acompanhando o refluxo dos movimentos, de uma atuação pública mais intensa para uma ação mais molecular. Assim, enquanto os primeiros estudos podiam ser agrupados em torno de alguns eixos temáticos, como o trabalho ou a sexualidade, os últimos caracterizam-se pela extrema variedade, descrevendo pequenos segmentos da realidade do presente e do passado, num enfoque quase etnográfico. Não se sabe se isso se deve a uma certa orfandade teórica (que, aliás, vem atingindo as ciências humanas como um todo), pouco propícia a sínteses e generalizações, ou a uma intenção de mostrar as complexidades de um quadro cujos contornos já foram delineados.

Os 11 estudos reunidos em *Rebeldia e Submissão*, selecionados entre 24 pesquisas aprovadas, estão sob o signo da diversidade, incluindo aspectos tão diferentes quanto concubinato em tempos coloniais, creches, violência, empregadas domésticas, trabalho no comércio ou participação em sindicatos rurais. Desses, cinco se voltam para o passado (do século XVII à década de 50) e seis focalizam o presente.

Em alguns estudos de caráter histórico, como "A imagem da concubina no Brasil colonial" (Maria Beatriz Nizza da Silva) e "Dote e casamento" (Margareth de Almeida